

ATA DA 61ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos oito dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Renato Campos Pinto De Vitto. Presentes os (as) Conselheiros (as): Denise Nakano Veronezi, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luciano Alencar Negrão Caserta, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura e Rafael Valle Vernaschi. Ausente justificadamente o Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva e Rafael Moraes Português de Souza. O Presidente iniciou a sessão as 09h40min, com a solenidade de posse dos Defensores Públicos nomeados em 14 de abril de 2014, e aprovados no V Concurso, os quais sejam: Daniela Franco Lara, Elizangela Oliveira dos Santos, Leonardo dos Santos Gonzales, Joemar Rodrigo Freitas, Luis Felipe Dias e Joyce Santos de Oliveira Palma Resende. O Presidente deu boas vindas aos empossados e discursou sobre a responsabilidade de ser Defensor Público. Franqueou a palavra aos Conselheiros eleitos que reiteraram os cumprimentos. Após, prosseguiu com a ordem do dia relatando as comunicações da Presidência. Justificou a ausência da Defensora Daniela Sollberger em razão de compromissos assumidos no âmbito da Defensoria Geral. Relatou que, nesta semana, foram realizadas duas reuniões abertas do Conselho Superior devido a falhas técnicas no áudio do sistema de videoconferência, na última segunda-feira. Informou que, na quarta-feira, foi realizada uma reapresentação da proposta de distribuição de cargos, no qual contou com a presença de uma quantidade significativa de Defensores Públicos, bem como por videoconferência. Mostrou a importância de que o Conselho Superior chegue a um consenso, ainda que a discussão se estenda até a próxima gestão, de modo a possibilitar um cronograma para distribuição dos cargos. Não havendo mais comunicações, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência do Conselheiro Luis Gustavo em razão de substituição na unidade, e a ausência do Conselheiro Bruno Miragaia em razão de férias. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Defensora Pública Coordenadora Auxiliar da VEC, Dra Patricia Simeonato. Mostrou preocupação com a proposta de distribuição de novos cargos, e apresentou dados relativos ao crescimento da demanda de trabalho em sua unidade. Manifestou a necessidade de incremento de cargos no plantão de atendimento, a fim de oferecer um serviço de qualidade na execução criminal. Por fim, considerou prioritários os casos de processos do sistema prisional, pois no final do cumprimento da pena privativa de liberdade do preso, geram providências a serem tomadas. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra à Defensora Pública da Unidade VEC, Dra Maria Fernanda Maglio. Ela ratificou as palavras da Defensora Patricia Simeonato, e acrescentou razões para o aumento da demanda, motivo pelo qual pediu o incremento de Defensores. O Presidente concordou com as colocações apresentadas, e apontou que os parâmetros utilizados para a distribuição de novos cargos devem ser constantemente discutidos e aprimorados. Considerou que há discrepâncias nas taxas de movimentação de autos, e ponderou que é preciso analisar se há maturidade para estabelecer outros critérios. Prosseguindo a ordem de inscritos, franqueou a palavra ao Defensor da Unidade Júri, Dr. Lucio Mota do Nascimento. Ele mostrou a necessidade de incremento de Defensores Públicos no Tribunal do Júri da Capital, justificando que há desfalque nas Varas do Júri de Pinheiros, Santo Amaro e Santana. Considerou importante a abertura de cargos, pois a presença da instituição proporciona uma representação efetiva aos réus, de modo a evitar penas excessivas. Citou que o objetivo é colocar Defensores em locais onde não existe atuação da instituição, ou seja, em cada Vara do Júri da Capital. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor da Unidade de Itaquera, Dr. Rafael Negreiros. Ele manifestou que a proposta destina dois cargos para sua unidade, mas entende ser insuficiente, motivo pelo qual justificou ter apresentado uma proposta de distribuição para serem destinados quatro novos cargos, visando ofertar melhores condições de trabalho. Por fim, mencionou dados estatísticos com relação

aos altos índices de vulnerabilidade social da região, e ressaltou que a Unidade absorve a grande parte das demandas que chegam, fazendo pouquíssimas nomeações. O Presidente pontuou que a situação da Unidade Itaquera é um caso especial, mas que a proposta de reforço da área cível se pautou pelo critério como número de processos novos, potencial de aumento da absorção e famílias com até três salários mínimos. Contudo, ressaltou que a expansão deve considerar critérios objetivos. Não havendo mais inscritos, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. Com relação à demanda trazida pelos Defensores da Unidade VEC, a Conselheira Franciane Marques pediu compreensão pela Defensoria Geral pelo pleito trazido, e afirmou que o volume de trabalho da unidade é concentrado. Neste sentido, indagou a respeito dos parâmetros utilizados para a proposta distribuição de cargos, e considerou que devem ser enfrentados os diferentes tópicos, como a criação de vagas para "Super VEC", pois fugiria do critério de quatro mil processos por Defensor. Com relação à demanda trazida pelo Defensor da Unidade Júri, a Conselheira Franciane Marques solicitou clareza nos critérios que definirão a expansão, e defendeu a realização de uma análise sobre a situação das Unidades, caso o objetivo seja ocupar os espaços e substituir o convênio. Nesse sentido, indagou se os Defensores do 1º Tribunal do Júri provisionam processos, e apontou que na Unidade VEC essa demanda não é realizada. O Presidente respondeu que há provisionamento em casos de teses antagônicas entre réus ou colidência de datas de plenário, mas reforçou que a proposta não prevê reforço nos Júris onde a Defensoria já atua, mas sim em outras Varas. Com relação a Unidade Itaquera, a Conselheira Franciane Marques pontuou que a Unidade absorve quase todas as demandas de mandados. O Conselheiro Luciano Caserta manifestou espanto com os números de atendimentos apresentados pelos Defensores da Unidade. A Conselheira Juliana Saad ponderou que todas as Unidades têm demandas legítimas, mas mostrou a necessidade de estabelecer prioridades, diante da quantidade exígua de cargos. Observou que nenhuma unidade conseguirá atender 100% da demanda, mas afirmou que todas as propostas trazidas pelos Defensores Públicos serão sucintamente analisadas. Afirmou que não há destinação de cargos para atuação em Super VEC, diante da incerteza sobre se elas serão mantidas, pois há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pendente no Supremo Tribunal Federal, que questiona sua lei de criação no Estado. A Conselheira Franciane Marques mencionou a interdição de dois Centros de Detenção Provisória, sendo eles em Osasco e Santo André, cujos casos estão sendo enviados para a Unidade VEC da Capital. Neste sentido, sugeriu a possibilidade de criação de cargos itinerantes, de modo que possa ser absorvida a maior demanda. A Conselheira Juliana Saad defendeu ser inviável criar cargos definitivos para atender situações indefinidas, mas elogiou a possibilidade de criação de cargos itinerantes para atender essas demandas flutuantes. O Presidente avaliou que existem demandas importantes em todos os lugares, estando aberto o debate sobre o processo de expansão, porém mostrou a necessidade de zelo ao realizar uma distribuição perene de cargos, justificando que a configuração de varas judiciais e de unidades prisionais pode mudar de acordo com o Tribunal de Justiça do Estado e a Secretaria da Administração Penitenciária. O Conselheiro Luciano Caserta ponderou sobre o equilíbrio nas destinações de cargos, neste sentido, sugeriu que as situações que não se consolidam sejam resolvidas com mutirões pontuais. Por fim, sugeriu também que a próxima gestão iniciasse as discussões sobre distribuição dos 190 cargos de Defensor que ainda deverão ser providos nos próximos anos. A Conselheira Juliana Saad afirmou que, nesta semana, foi obtido espaço para atuação da Defensoria no Fórum de Presidente Prudente. Ela agradeceu à CGA e aos Defensores que atuam na Unidade pelo empenho em obter o local. Não havendo mais inscritos para manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a pauta do dia. O Presidente iniciou com a discussão do processo CSDP nº 207/14. Interessado: Renato Campos Pinto de Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Presidente pediu a prorrogação do processo para a sessão ordinária, em decorrência de presidir os trabalhos, declarando-se suspeito. Encaminhou para votação, que foi acolhido. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 372ª Sessão Ordinária, a ser realizada no dia 09 de maio de 2014. CSDP nº 210/14. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de fixação do padrão de lotação





e atribuições para a distribuição dos novos cargos de Defensores Públicos. Relatora: Conselheira Juliana Saad. A relatora manifestou a necessidade de definir-se o calendário de discussões, a fim de avançar nos debates sobre a proposta de distribuição de novos cargos apresentada pela Defensoria Geral. O Presidente sugeriu prorrogar o prazo para envio das sugestões até a próxima segunda-feira, no horário limite até as 18hs, visando compilar as informações e encaminhar à relatora. Encaminhou para discussão e deliberação. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar o prazo de envio das manifestações até as 18hs do dia 12 de maio de 2014. O Presidente determinou que a Secretaria do Conselho Superior minutasse o comunicado a ser enviado à carreira via e-mail institucional. O Presidente encaminhou para votação o cronograma sugerido pelo Conselheiro Rafael Vernaschi com relação à reunião aberta para o dia 12 de maio, que foi prejudicado em razão do prazo de envio das propostas. O Presidente encaminhou para votação a sugestão de realização de sessão extraordinária, conforme previamente foi fixado pelo Colegiado, na próxima quinta-feira, às 9h30min. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, a realização de sessão extraordinária para o dia 15 de maio de 2014. A Conselheira Fabiana Zapata mostrou a importância de que os Conselheiros recém eleitos participassem das discussões, tendo em vista o término do mandato por parte dos Conselheiros do biênio 2012-2014. Mostrou a necessidade que possam participar do cronograma que será seguido através de critérios estabelecidos. O Presidente determinou a Secretaria do Conselho contatasse aos Conselheiros eleitos do biênio 2014-2016 convidando-os, com prejuízo das atribuições, para comparecerem na sessão extraordinária agendada. A Conselheira Juliana Saad informou que apresentará na próxima sessão um parecer compilando todas as manifestações, mas que não será um voto, em decorrência do término da gestão no dia 16 de maio de 2014. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 63ª Sessão Extraordinária, a ser realizada no dia 15 de maio de 2014. CSDP nº 178/14. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que busca estabelecer a política de atendimento das pessoas provisoriamente presas, atendidas pela Defensoria. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a proposta de Deliberação encaminhada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral, com as alterações pontuais. O Presidente registrou que há um termo de cooperação, prestes a ser assinado com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), a fim de evitar problemas na rotina de visitação dos Defensores. Citou que na parceria caberá à Secretaria de Administração Penitenciária enviar à Defensoria os relatórios de inclusão, para que as escalas de visitas possam ser construídas e os expedientes de visitação sejam preparados com informações relevantes sobre cada preso a ser visitado. Por fim, informou que a Secretaria também fornecerá uma sala privada para atendimento e acolherá todas as requisições de presos enviadas na véspera. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon sugeriu que houvesse um dispositivo para a divulgação sobre os relatórios. Indicou ao artigo 15 “prazo para indicação”, e ao artigo 16 “obrigatoriedade de divulgação dos relatórios no portal da instituição”. O Presidente acompanhou o pedido que foi encampado pelo relator. A Conselheira Marcia Garutti concordou com o voto do relator, mas manifestou preocupação com possíveis atos de retaliação por parte de diretorias, bem como sobre quais providências seriam tomadas pelo Defensor se lhe fossem relatados casos de maus tratos ou que se verificasse a hipótese de tortura. Acompanharam as preocupações os Conselheiros Rafael Bessa, Rafael Valle e Juliana Saad, contudo, houve o consenso de que a proposta atual visa qualificar a defesa processual e melhorar o atendimento durante a prisão provisória, ao contrário da verificação de situação do aprisionamento. O Presidente acompanhou o entendimento, e pontuou que houve um avanço na Deliberação CSDP nº 246/12, que trata das visitas de inspeção, pois propõe um modelo diverso de visitação. O Conselheiro Rafael Bessa informou ter compartilhado dessa preocupação com o Núcleo de Direitos Humanos, e teve o retorno de que o Núcleo estaria preparando uma capacitação para que Defensores enfrentem esse tipo de situação. Consigna-se que a Conselheira Franciane Marques havia pedido vista dos autos, mas desistiu em decorrência dos debates. Após, o Presidente encaminhou para votação, no qual foi aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Presidente determinou que a Secretaria do Conselho Superior oficiasse o Núcleo de Situação Carcerária e também a Ouvidoria Geral para que indicassem representantes, a



fim de que o Conselho Superior possa indicar, além de incluir na pauta da primeira sessão ordinária do novo Colegiado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta, nos termos da Deliberação CSDP nº 297, de 08 de maio de 2014, a ser publicada oportunamente. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos oito dias do mês de maio do ano de 2014.



Renato Campos Pinto De Vitto  
**Presidente**



Denise Nakano Veronezi  
**Conselheiro**



Fabiana Botelho Zapata  
**Conselheira**



Jose Moacyr Doretto Nascimento  
**Conselheiro**



Luciano Alencar Negrão Caserta  
**Conselheiro**



Rafael Valle Vernaschi  
**Conselheiro**



Marcia Regina Garuffi  
**Conselheira**



Juliana Saad  
**Conselheira**



Franciane de Fátima Marques  
**Conselheira**



Luciana Zaffalon Leme Cardoso  
**Conselheira**



Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Rafael Moraes Português de Souza  
**Representante da Apadep**